

Conceição acha ridículo conceito usado pelo FMI

A economista Maria da Conceição Tavares, da diretoria do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro — Ierj, considerou “um verdadeiro disparate” o conceito de déficit público utilizado pelo Fundo Monetário Internacional — FMI, que inclui a correção monetária dos títulos da dívida pública como parte integrante do seu valor total.

— O conceito é ridículo e a pergunta é por que nossas autoridades da área econômica o aceitaram — disse irritada a professora da Faculdade de Economia da UFRJ durante entrevista em que o Ierj reuniu as principais lideranças dos economistas do Estado com o propósito de “alertar a sociedade sobre as graves dificuldades que o país atravessa”. Participaram da entrevista os economistas Antônio Castro, presidente do Ierj; Edmar Bacha, e Pedro Malan, do departamento de Economia da PUC; Carlos Lessa, da Faculdade de Economia da UFRJ; Inácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, da diretoria do Ierj, entre outros.

“Objetivos quiméricos”

O presidente do Ierj definiu as condições impostas pelo FMI como “medidas de objetivos quiméricos”, uma vez que escondem propósitos prejudiciais ao país, como por exemplo, o corte de Cr\$ 1 trilhão nos investimentos estatais previstos para este ano, de um total de aproximadamente Cr\$ 5 trilhões.

— Será a quebradeira de dezenas de empresas privadas que dependem de encomendas estatais, e mais desemprego — sentenciou Castro.

Mas o ponto mais criticado pelos economistas é o que se refere à inclusão da correção monetária dos títulos da dívida pública no déficit público total — uma conta que somará, nos cálculos do FMI, cerca de Cr\$ 11 trilhões até o fim do ano e que cresce todos os meses com a

divulgação da correção monetária.

Carlos Lessa explicou que a retirada do subsídio do trigo, por exemplo, permitiria ao Governo neutralizar do déficit público cerca de Cr\$ 200 bilhões, o que seria favorável na lógica da análise das autoridades. Mas advertiu que o impacto da medida sobre os preços do trigo e seus derivados exercerá forte influência sobre a inflação e, por tabela, na correção monetária que incide sobre o déficit público, elevando-o ainda mais.

“Tal anacronismo apenas revela a incapacidade do FMI de ter em conta características básicas do funcionamento da economia brasileira”, afirma nota divulgada pelo Ierj, que representa o que há de consenso entre os economistas. A nota critica também o projeto de expurgo do INPC (um mecanismo através do qual certos aumentos de preços — caso do trigo — não entraria no cálculo do INPC, deixando de incidir sobre os aumentos salariais). “Cabe, portanto, alertar que se as novas e brutais elevações de preços não vierem a se refletir no INPC, ocorrerá forte compressão do nível de vida de populações, que já se encontram próximas à mera sobrevivência”, conclui o Ierj.

Nã opinião dos economistas que participaram da entrevista, a desindexação (um mecanismo através do qual os aumentos de preços do passado não seriam repassados para o presente, através dos vários índices econômicos, como é o caso do INPC e da correção monetária) tão debatida, mas pouco explicada, corresponderia a uma “brutal transferência de renda das camadas mais pobres para as mais ricas”, explicou Maria da Conceição Tavares.

Na conclusão, eles deixaram claro que as medidas do pacote econômico anunciado na semana são inflacionárias e ainda mais recessivas, tornando cada vez mais difícil “costurar este tecido social que se encontra cada vez mais precário”.